

Queixa de Malan leva ACM a fazer críticas ao Governo

Salvador - Irritado com uma queixa do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre a demora do Congresso na apreciação de matérias de interesse do País, o presidente da Casa, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), respondeu de forma dura. Disse que o Congresso cumpre seus deveres e acusou o Executivo de não ver as próprias falhas. Também informou que não fará a convocação extraordinária no recesso, pois a iniciativa deve partir do Executivo.

Malan seria o único a discursar e responder perguntas num almoço da Câmara Americana de Comércio, em Salvador, mas ACM se sentiu atingido por declarações do ministro e pediu a palavra. Questionado por um empresário sobre como o Governo pretendia fomentar a construção civil, setor com grande capacidade de geração de empregos, o ministro citou o fato de o Executivo já ter mandado para a Congresso projeto propondo a reformulação do sistema financeiro imobiliário e que o Legislativo deveria fazer sua parte.

Foi o gancho. O senador baiano então fez uma série de críticas ao Governo, levando Malan a interromper seu almoço para escutar. "Há corporativismo no Congresso, evidentemente, como há também em muitas instituições, inclusive no Governo, sem que isso seja quebrado", disse ACM para uma platéia de 100 empresários. Ele citou o caso da legislação de modernização dos portos brasileiros, aprovada há 5 anos, e não

aplicada até agora. "É falta de vontade política, pois se o Governo tivesse coragem de reformar o faria", argumentou, ressaltando a necessidade de acabar com o corporativismo em todos os setores.

Imperadores - Segundo ACM, o Congresso "cumpre seus deveres" e nenhum parlamento do mundo atua com tanta rapidez quanto o brasileiro. "A democracia tem um preço e esse preço é o exame das leis com todas as vantagens e inconveniências desse processo." Em outro momento, foi irônico ao lembrar

que Malan referiu-se a capitânias hereditárias, e o império, mesmo nos períodos republicanos, o que teria aumentado a concentração de renda e as desigualdades sociais. "Muitos acham que ainda há imperadores", disse, provocando risos e aplausos.

Magalhães chegou a sugerir uma pauta de convocação no recesso. "Esse do sistema

CM lembrou que a maioria dos parlamentares prefere a convocação para receber os R\$ 16 mil a que tem direito

imobiliário, a reforma administrativa, três ou quatro do setor de telecomunicações e outros básicos; se mandar 20 ou 30 (projetos) não se votará nenhum", previu. Ele disse ter comunicado ao presidente Fernando Henrique Cardoso a ineficiência de uma convocação se não houver "matéria densa". Admitiu que os parlamentares gostariam de sair de férias, mas preferem a convocação pela questão financeira. "A grande maioria recebe mensalmente R\$ 5 mil e quando há a convocação mais R\$ 16 mil; como estão precisando, querem a convocação".